**QUADRO ANALÍTICO E PROPOSITIVO - CONTRIBUIÇÕES DO PROIFES**

**(Processo SEI nº 23000.032121/2024-00)**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Portaria MEC nº 750, de 30/07/2024**  **(Atual)** | **Portaria MEC nº 983, de 18/11/2020**  **(Revogada)** | **Propostas de Alteração** |
| Revoga a Portaria MEC nº 983, de 18 de novembro de 2020, que estabelece diretrizes complementares à Portaria MEC nº 554, de 20 de junho de 2013, para a regulamentação das atividades docentes no âmbito da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.  O **MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 14, § 4º, da Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, e considerando o Termo de Acordo nº 10/2024, firmado entre o Governo Federal, o Sindicado Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - Andes-SN e o Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica - Sinasefe, o Aditivo ao Termo de Acordo nº 07/2024, firmado entre o Governo Federal e a Federação de Sindicatos de Professores e Professoras de Instituições Federais de Ensino Superior e de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico - Proifes-Federação, e o que consta do Processo nº 23000.021622/2016-42, resolve: | Estabelece diretrizes complementares à Portaria nº 554, de 20 de junho de 2013, para a regulamentação das atividades docentes, no âmbito da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.  O **MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 2º e no art. 14, § 4º, da Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, e considerando os termos do Processo nº 23000.021622/2016-42, resolve: | Princípios de uma eventual portaria, se necessária, não podem desorganizar a carreira, desrespeitar a isonomia entre MS e EBTT, e desconsiderar os princípios das leis 11.892/2008 (criação da RFEPCT) e 12772/2012 (estruturação das carreiras do magistério federal) |
| **Art. 1º** Fica revogada a Portaria MEC nº 983, de 18 de novembro de 2020, que estabelece diretrizes complementares à Portaria MEC nº 554, de 20 de junho de 2013, para a regulamentação das atividades docentes no âmbito da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. | **Art. 1º** Ficam estabelecidas, na forma do Anexo desta Portaria, diretrizes complementares à Portaria nº 554, de 20 de junho de 2013, do Ministério da Educação - MEC, para a regulamentação das atividades dos docentes pertencentes à Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico - EBTT, do Plano de Carreiras e Cargos do Magistério Federal, de que trata a Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, no âmbito da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, em conformidade com a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que dispõe sobre as diretrizes e bases da educação, e as finalidades e os objetivos estabelecidos na Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.  **Art. 2º** Fica convalidada a edição da Portaria nº 17, de 11 de maio de 2016, da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - SETEC. |  |
| **Art. 2º** Até a edição de novas diretrizes complementares, a regulamentação das atividades docentes, no âmbito da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, deverá observar o Anexo. |  |  |
| **Art. 3º** Os regulamentos das atividades docentes, elaborados em conformidade com a Portaria MEC nº 983, de 18 de novembro de 2020, aprovados no Conselho Superior da instituição de ensino ou instância equivalente, permanecerão vigentes até a edição de nova portaria com diretrizes para a regulamentação das atividades docentes, devendo observar, a partir da publicação da presente Portaria, os parâmetros previstos no item 11 do Anexo, quanto à composição da carga horária de aulas das atividades de ensino de que trata o seu item 3. |  | Inserir prazo de 90 dias (ou mais?) para as resoluções institucionais se adequarem. |
| **Art. 4º** A Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - Setec deverá instituir Grupo de Trabalho - GT para elaboração de proposta de novas diretrizes para a regulamentação das atividades docentes, no âmbito da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.  **Parágrafo único**. O GT de que trata o caput deverá concluir os trabalhos e apresentar relatório final no prazo de até sessenta dias, contados da sua constituição, podendo ser prorrogado por igual período. |  |  |
| **Art. 5º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. |  |  |
|  | **ANEXO**  **DIRETRIZES PARA A REGULAMENTAÇÃO DAS ATIVIDADES DOCENTES, NO ÂMBITO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA**  **DOS CONCEITOS**  **1.** Para os fins de regulamentação das atividades docentes, entende-se por:  **a)** mediação pedagógica: atuação docente no processo de ensino a distância, com a promoção de espaços de construção colaborativa do conhecimento, a participação em processos avaliativos, a orientação e a correção de atividades, entre outras; e  **b)** ações curricularizadas: programas ou projetos de pesquisa ou extensão, previstas nos projetos pedagógicos dos cursos. |  |
| **ANEXO**  **DIRETRIZES PARA A REGULAMENTAÇÃO DAS ATIVIDADES DOCENTES NO ÂMBITO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA**  **1.** O detalhamento das atividades docentes deverá ser regulamentado pelo órgão superior máximo de cada instituição, observadas as diretrizes desta Portaria. | **10.** O detalhamento das atividades docentes deverá ser regulamentado pelo órgão superior máximo de cada instituição, observadas as orientações deste Anexo. |  |
| **Atividades docentes**  **2.** São consideradas atividades docentes aquelas relativas ao Ensino, à Pesquisa Aplicada, à Extensão e às de Gestão e Representação Institucional. | **DAS ATIVIDADES DOCENTES**  **2.** São consideradas atividades docentes aquelas relativas ao ensino, à pesquisa, à extensão, à gestão e à representação institucional. | Adicionar:  (...)representação institucional**, de classe e de categoria profissional (**por exemplo, participação em Sindicatos, Conselhos e Associações Profissionais; Órgãos de pesquisa etc.)  De forma alguma restringir as atividades de pesquisa à pesquisa aplicada. |
| **Atividades de ensino**  **3.** As Atividades de Ensino são aquelas diretamente vinculadas aos cursos e programas ofertados pela instituição, em todos os níveis e modalidades de ensino, tais como:  **a)** aulas em disciplinas de cursos dos diversos níveis e modalidades da Educação Profissional, Científica e Tecnológica, presenciais ou a distância, regularmente ofertados pela instituição com efetiva participação de alunos matriculados;  **b)** atividade de preparação, manutenção e apoio ao ensino;  **c)** participação em programas e projetos de Ensino;  **d)** atendimento, acompanhamento, avaliação e orientação de alunos, incluindo atividades de orientação de projetos finais de cursos técnicos, de graduação e de pós-graduação bem como orientação profissional nas dependências de empresas que promovam o regime dual de curso em parceria com a instituição de ensino; e  **e)** participação em reuniões pedagógicas.  **3.1.** A regulamentação da atividade docente em cursos a distância deverá ser definida em regulamento próprio, a ser proposto pelo Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - Conif, buscando a sua institucionalização. | **DAS ATIVIDADES DE ENSINO**  **3.** As atividades de ensino são aquelas diretamente vinculadas aos cursos e programas de pós-graduação ofertados pela instituição, em todos os níveis e modalidades de ensino (presencial e a distância), no âmbito da educação básica e da educação profissional e tecnológica, tais como:  **a)** aulas em disciplinas de cursos dos diversos níveis e modalidades da educação básica e da educação profissional, científica e tecnológica, ofertados pela instituição com efetiva participação de alunos matriculados;  **b)** preparação, elaboração de material didático, manutenção e apoio ao ensino, atendimento e acompanhamento ao aluno, avaliação (preparação e correção) e participação em reuniões pedagógicas;  **c)** participação em programas e projetos de ensino;  **d)** orientação de alunos, incluindo atividades de orientação de projetos finais e estágios de cursos técnicos, de graduação e de pós-graduação, bem como orientação profissional nas dependências de empresas que promovam o regime dual de curso, em parceria com a instituição de ensino;  **e)** mediação pedagógica de componentes curriculares a distância:  **3.1.** Os componentes curriculares a distância podem integrar cursos a distância ou cursos presenciais, conforme legislações pertinentes.  **3.1.1.** Para a primeira oferta do componente curricular, o docente fará jus à carga horária de planejamento em período anterior à execução do respectivo componente curricular, correspondente à carga horária semanal a ser ministrada.  **3.1.2.** Além do docente responsável pelo planejamento do componente curricular, a depender da quantidade de turmas ou discentes, outros docentes poderão exercer a atividade de mediação pedagógica e, para isso, farão jus à carga horária desta atividade no período de execução do componente curricular.  **3.1.3.** No caso do planejamento e execução de componentes curriculares a distância, outras funções, tais como design educacional, coordenação de polo, coordenação de trabalhos de conclusão de cursos, dentre outras, poderão ser contabilizadas como atividades docentes | Nova proposta de redação (MG)  **a)** aulas em disciplinas de cursos dos diversos níveis e modalidades da Educação Profissional, Científica e Tecnológica, presenciais ou a distância, regularmente ofertados pela instituição com efetiva participação de alunos matriculados;  **b)** atividade de preparação, manutenção e apoio ao ensino;  **c)** **preparação de avaliações e correção de atividades**  **d)** atendimento e acompanhamento de estudantes  **e)** participação em reuniões pedagógicas.  f) orientação de alunos, incluindo atividades de orientação de projetos finais de cursos técnicos, de graduação e de pós-graduação bem como orientação profissional nas dependências de empresas que promovam o regime dual de curso em parceria com a instituição de ensino;  g) participação em programas e projetos de Ensino;  h) **Atendimento e preparação de material de apoio à estudantes com necessidades especiais indicados pelo setor de assistência estudantil.**  *Reflexo no item 11.1:*  *b,c, d & e comporão a “dobra” da CH de ensino.*  *f, g e h serão acrescidos na CH docente*  3.d. Proposta (RS): deve ser incluído o atendimento a alunos PCDs como carga-horária específica. **Para cada aluno com necessidade de plano de ensino específico, deve ser computado um período de atendimento**  3.d. orientações de trabalhos de pós graduação devem ser vinculadas como atividade de pesquisa.  Item 3.1 - acrescentar:  (...)a ser composto por uma comissão composta pelo (...) CONIF **e Representação do PROIFES (ou Representação das entidades sindicais) (...)** |
| **Atividades de pesquisa aplicada e extensão**  **4.** As atividades de Pesquisa Aplicada são aquelas de natureza teórica, metodológica, prática ou empírica a serem desempenhadas em ambientes tecnológicos ou em campo.  **4.1**. As atividades de Pesquisa Aplicada devem envolver docentes, técnico-administrativos e discentes, visando à produção técnica, científica, tecnológica e inovadora, com ênfase no atendimento das demandas regionais, observando-se aspectos técnicos, políticos, sociais, ambientais e econômicos, incluindo aquelas em parcerias com empresas e outras instituições. | **DAS ATIVIDADES DE PESQUISA**  **4.** As atividades de pesquisa consistem no trabalho criativo e sistemático, de natureza metodológica, teórica, teórico-prática, que visam a construir e ampliar o conjunto de conhecimentos, bem como contribuir para a produção e divulgação de inovação.  **4.1.** As atividades de pesquisa devem envolver, preferencialmente, docentes, técnicos-administrativos e discentes, visando à produção técnica, científica, cultural, tecnológica e inovadora, com ênfase no atendimento das demandas regionais, observando aspectos técnicos, políticos, sociais, culturais, ambientais e econômicos, e podem incluir parcerias com empresas e outras instituições. | **4.** As atividades de Pesquisa ~~Aplicada~~ são aquelas de natureza teórica, metodológica, prática ou empírica a serem desempenhadas em ambientes tecnológicos ou em campo.  **4.1**. As atividades de Pesquisa Aplicada **podem** ~~devem~~ envolver docentes, técnico-administrativos e discentes, visando à produção técnica, científica, tecnológica e inovadora, com ênfase no atendimento das demandas regionais, observando-se aspectos técnicos, políticos, sociais, ambientais e econômicos, incluindo aquelas em parcerias com empresas e outras instituições. |
| **5.** As atividades de Extensão são aquelas relacionadas à transferência mútua de conhecimento produzido, desenvolvido ou instalado no âmbito da instituição e estendido a comunidade externa.  **5.1.** As atividades de Extensão devem envolver docentes, técnico-administrativos e discentes, por meio de projetos ou programas, prestação de serviços, assessorias, consultorias ou cursos, com ênfase no desenvolvimento regional, observando-se aspectos técnicos, culturais, artísticos, políticos, sociais, ambientais e econômicos. | **DAS ATIVIDADES DE EXTENSÃO**  **5.** As atividades de extensão constituem um processo educativo, dialógico, cultural, político, social, científico, tecnológico e popular, que promove a interação transformadora entre a instituição e a sociedade.  **5.1.** As atividades de extensão devem envolver, preferencialmente, docentes, técnico-administrativos e discentes, por meio de programas, projetos, ações, ou prestação de serviços, assessorias, consultorias ou cursos, com ênfase no desenvolvimento regional, bem como observar aspectos técnicos, culturais, artísticos, políticos, sociais, ambientais e econômicos. | **5.1.** As atividades de Extensão ~~devem~~ **podem** envolver docentes, técnico-administrativos e discentes, por meio (...)  **4.1** e **5.1** a redação poderia ser "**deve envolver discentes e pode envolver docentes e/ou TAEs**".  Justificativa: não há necessidade de obrigar a participação de docentes e TAEs (por exemplo, existem pesquisas/extensões que não exigem laboratórios para obrigar a presença de TAEs; ou ações de pesquisa/extensão que podem vir de setores administrativos e que não envolvam docentes.  Avaliar a natureza pública e gratuita das atividades previstas, pois muitas instituições manobram atividades de extensão para torná-las pagas |
| **6.** As atividades de Pesquisa Aplicada e Extensão deverão ser tratadas na forma de projetos.  **6.1.** Os projetos de Pesquisa Aplicada e Extensão deverão ser registrados em sistema oficial da Instituição, possibilitando acesso público.  **6.2.** Os projetos de Pesquisa Aplicada e Extensão deverão ser formalizados e conter pelo menos as seguintes informações: título, descrição, público-alvo, participantes, data de início, data final, resultados esperados no semestre, resultados esperados ao término do projeto e carga horária semanal e semestral prevista para cada participante.  **6.3.** A instituição deve realizar seminários para divulgação dos projetos de Pesquisa Aplicada e Extensão. | **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**  **9.** As atividades de pesquisa e extensão deverão ser tratadas na forma de projetos e/ou ações curricularizadas.  **9.1.** Os projetos de pesquisa e extensão deverão ser registrados em sistema oficial da Instituição, de acesso público, salvaguardadas as questões de ética e confidencialidade.  **9.2.** Os resultados das atividades de pesquisas e extensão deverão ser socializados interna e externamente à instituição.  **9.3.** As ações curricularizadas deverão estar previstas nos projetos pedagógicos dos cursos. | Item 6. alterar para “na forma de programas e projetos”  Item 6.2: Excluir. *A primeira parte é detalhamento desnecessário e a segunda já está presente no item 6.1.* |
| **Atividades de gestão e representação institucional**  **7.** As atividades de Gestão e Representação Institucional são aquelas de caráter continuado ou eventual, gratificadas ou não, providas por ato administrativo da própria instituição ou de órgão do Governo Federal. | **DAS ATIVIDADES DE GESTÃO E REPRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL**  **6.** As atividades de gestão e representação institucional são aquelas de caráter continuado ou eventual, gratificadas ou não, providas por ato administrativo da própria instituição ou de órgão do Governo Federal.  **6.1.** As atividades de gestão são aquelas inerentes ao planejamento, à execução, à avaliação e ao monitoramento de todas as ações que contribuem para o pleno funcionamento da instituição com vistas ao alcance dos objetivos e das metas institucionais.  **6.2.** As atividades de representação institucional são aquelas de caráter representativo, de natureza permanente ou eventual. | Inserir:  7.1. As atividades de representação sindical envolvem a participação na diretoria e em grupos de trabalho de sindicatos da categoria docente.  7.2 As atividades de representação da categoria profissional envolvem as atividades de participação em diretorias de conselhos profissionais, sindicatos profissionais não docentes e associações profissionais. |
| **Carga horária docente**  **8.** O tempo destinado às atividades docentes será mensurado em horas de 60 minutos. | **2.2.** O tempo destinado às atividades docentes será mensurado em horas de sessenta minutos. | 8. acrescentar:  O tempo destinado às atividades docentes será mensurado em horas de 60 minutos **e a contabilização da hora-aula será de 60 minutos inclusive para aulas de menor duração.**  **Justificativa: para fins de cômputo, a hora-aula no geral deve equivaler a 1 hora relógio mesmo que haja aulas de 45, 50 ou 55min. As característica do trabalho docente não pode ser controlada minuto a minuto, mas pressupõe tempos escolares específicos: o tempo de práticas** (o respeito ao intervalo interjornada, o tempo de deslocamento entre prédios e salas, o tempo de instalação e montagem de equipamentos etc.) **e os tempos humanos** (a interação com alunos, o tempo de cativar a atenção, de encaminhar uma tarefa para casa etc.) inerentes a função do professor. O trabalho do professor não é o tempo fixo de uma tarefa mecânica, mas o tempo que o aluno demanda. |
| **9.** Em conformidade com a Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, a carga horária semanal de atividades docentes deverá totalizar:  **a)** 40 horas para docentes em regime de tempo integral, com ou sem dedicação exclusiva; ou  **b)** 20 horas para docentes em regime de tempo parcial. | **DA CARGA HORÁRIA DOCENTE**  **7.** Em conformidade com a Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, a carga horária semanal de atividades docentes deverá totalizar:  **a)** quarenta horas para docentes em regime de tempo integral, com ou sem dedicação exclusiva; ou  **b)** vinte horas para docentes em regime de tempo parcial. | Item 9. observação: *na minha instituição temos alguns colegas com CH reduzido para 30 horas por questões de saúde. Podemos inserir uma cláusula de proporcionalidade para esses casos?*  *Resposta: Talvez dê conta simplesmente escrever “ressalvadas as reduções de carga horária previstas em lei”* |
| **10.** A carga horária semanal do docente deverá ser distribuída entre as atividades listadas no item 2, respeitando os limites a serem fixados pela instituição, tendo como referência os parâmetros estabelecidos nesta Portaria.  **10.1.** As instituições poderão estabelecer normas específicas para considerar, no cômputo da carga horária atribuída para cada atividade, o valor acumulado no semestre. | **7.1.** A carga horária semanal do docente deverá ser distribuída entre as atividades previstas no item 2, respeitados os limites a serem fixados pela instituição, tendo como referência os parâmetros estabelecidos nesta Portaria. |  |
| **11.** O regulamento das instituições deverá prever, na composição da carga horária de aulas de que trata a alínea "a" do item 3:  **a)** no mínimo, 10 horas e, no máximo, 20 horas semanais para os docentes em regime de tempo integral; e  **b)** no mínimo, 8 horas e, no máximo, 12 horas semanais para os docentes em regime de tempo parcial.  **11.1**. Para garantir a melhoria da qualidade do ensino, para cada hora de aula, o regulamento da instituição poderá prever até uma hora adicional para as atividades das alíneas "b", "c", "d" e "e" do item 3.  **11.2.** A carga horária mínima dos docentes em regime de tempo integral poderá ser reduzida para 8 horas semanais de aula, caso a relação de alunos por professor - RAP do campus alcance o estabelecido na Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprovou o Plano Nacional de Educação – PNE.  **11.3.** A avaliação da relação de alunos por professor a que se refere o item 11.2 terá início a partir de dezoito meses da data de publicação desta Portaria.  **11.4.** A avaliação da relação de alunos por professor somente será considerada para as unidades com cinco anos de autorização de funcionamento pelo Ministério da Educação - MEC. | **7.2.** O regulamento das instituições fixará, na composição da carga horária de aulas de que trata a alínea "a" do item 3:  **a)** o mínimo de quatorze horas semanais para os docentes em regime de tempo integral; e  **b)** o mínimo de dez horas semanais para os docentes em regime de tempo parcial.  **7.3.** Para cada hora de aula prevista item 7.2, o regulamento da instituição poderá prever hora adicional para as atividades da alínea "b" do item 3.  **7.4.** Para o caso de componentes curriculares a distância, a atividade de mediação pedagógica, prevista na alínea "e" do item 3, computará carga horária equivalente à carga horária de aula da disciplina.  **7.5.** A carga horária realizada com atividade de mediação pedagógica computará para as cargas horárias, mínimas e máximas, previstas no item 7.2. | 11.a) **mínimo de 8 horas, equiparando à carreira M**S (...)  (RS) **Quanto ao máximo**, as contribuições da base variaram muito: **foi proposto máximo de 12h, 14h, 16h e 18h**. Todas as propostas, entretanto, concordam que 20h é demasiado e fere o tripé ensino, pesquisa e extensão (e gestão). A proposta mais citada foi **máx. de 16h.** Porém**, máximo de 14h é mais equitativo** com todas as atribuições docentes nos IFs.  ATENÇÃO: o problema dos docentes EBTT não é tanto o mínimo, como no MS, mas sim o máximo! Esse máximo não pode inviabilizar as atribuições previstas na legislação dos IFs e da carreira EBTT.  11.b. como está escrito, não mantém proporção com o docente 40h.  11.1. proposta: p**ara cada hora de aula, o regulamento da instituição deverá prever no mínimo 1 hora adicional para as atividades da alínea b do item 3**. [resgata a escrita da portaria 983 - que era melhor nesse sentido pois que preservava essa hora adicional para preparação, manutenção e apoio ao ensino]  *11.2 e 11.3 fica sem efeito com a adoção de 8h no item 11.a*  *[comentário: a redução do valor mínimo de horas fica sem efeito se o valor mínimo for de 8h. Porém, não poderia haver uma redução do máx. no caso de um campus que ultrapassa em muito a RAP - isto é, professores com muitos alunos, turmas e planejamentos de disciplinas diferentes??]*  *[E no caso do atendimento de alunos PCDs, não deveria haver previsão de redução da carga horária ou tempo adicional nas atividades de ensino??]*  *11.3. proposta de redução de 18 meses para 12 meses.*  Nos debates promovidos pelo IFPR, e com base em pesquisa aberta para todes docentes da Instituição, o valor mínimo sugerido foi de 8h e o máximo de 12h, levando em consideração dedicação ao ensino em sala (fora preparação de aulas e atendimento aos alunos). |
| **12.** Atendidas as atividades de ensino, a carga horária docente será complementada com as atividades previstas no item 2, até o limite previsto para o regime de trabalho do docente. | **2.1.** A soma das atividades docentes totalizará a quantidade de horas previstas em seu respectivo regime de trabalho. | Crítica: As atividades de pesquisa e extensão são consideradas como um apêndice, depois do ensino, se der tempo; fere o tripé ensino-pesquisa-extensão, desequilibrando a balança. |
| **13.** O regulamento das instituições para fixação dos limites de carga horária das atividades docentes deverá observar as metas institucionais estabelecidas na legislação vigente bem como termos de acordos e metas e demais compromissos institucionais. | **7.6.** O regulamento das instituições para fixação dos limites de carga horária das atividades docentes observará as metas institucionais estabelecidas na legislação vigente e demais compromissos institucionais. | *Qual a função desse item?* |
| **14.** A instituição poderá prever limites diferenciados de carga horária para docentes em processo de capacitação ou responsáveis por programas e projetos institucionais, mediante portaria específica do seu dirigente máximo. | **7.7.** A instituição poderá dispensar os docentes em processo de capacitação, qualificação ou responsáveis por programas e projetos institucionais da carga horária, total ou parcialmente, mediante portaria específica do seu dirigente máximo. | 14: sugestão de nova redação:  A instituição poderá prever **afastamento ou** limites diferenciados de carga horária para docentes em processo de capacitação ou responsáveis por programas e projetos institucionais, mediante **previsão em seu regimento aprovado no Conselho Superior da instituição** ~~portaria específica do seu dirigente máximo~~. |
| **15.** Os docentes em cargo de direção de reitor, pró-reitor e diretor de campus poderão ser dispensados das atividades de aula.  **15.1** A instituição poderá prever limites diferenciados de carga horária para ocupantes dos demais cargos de direção ou funções gratificadas, atendido ao disposto no item 11.3. | **7.8.** Os docentes em cargo de reitor, pró-reitor, diretor-geral e diretor de campus avançado poderão ser dispensados das atividades de aula.  **7.8.1.** A instituição poderá prever limites diferenciados de carga horária para os ocupantes dos demais cargos e funções comissionados. | 15.1 A instituição poderá prever **dispensa ou** limites diferenciados de carga horária para ocupantes dos demais cargos de direção ou funções gratificadas, ~~atendido ao disposto no item 11.3.~~  - Observação contrária: “cargos com FG não dão direito ao docente substituto, **sobrecarregando os docentes sem FGs.** Vale lembrar que o acúmulo da docência com algum cargo de coordenação já é recompensado justamente pela FG ou FCC recebida.  Portanto, dentro dos IFs onde o número de docentes por área é menor, haverá uma evidente sobrecarga de trabalho para quem não assume cargos de chefia, pela ausência da geração de vaga de substituto. “ |
| **Disposições finais**  **16.** O docente deverá apresentar Plano Individual de Trabalho para cada semestre letivo, contendo título de cada projeto a ser desenvolvido e, ainda, horário, carga horária, resumo da descrição de cada atividade do projeto, participantes, cronograma e resultados esperados. | **DO PLANO INDIVIDUAL DE TRABALHO E RELATÓRIO INDIVIDUAL DE ATIVIDADES**  **8.** O docente deverá apresentar um Plano Individual de Trabalho para cada semestre letivo. | Nova redação:  **16.** O docente deverá apresentar **à sua chefia imediata o** Plano Individual de Trabalho para cada semestre letivo. ~~, contendo título de cada projeto a ser desenvolvido e, ainda, horário, carga horária, resumo da descrição de cada atividade do projeto, participantes, cronograma e resultados esperados.~~ |
| **17.** Ao final de semestre letivo, o docente deverá apresentar Relatórios de Atividades Desenvolvidas em cada projeto apresentado, incluindo andamento e resultados. | **8.1.** Ao final do semestre letivo, o docente deverá apresentar o Relatório Individual de Atividades Desenvolvidas. | **17.** Ao final ~~de~~ **do** semestre letivo, o docente deverá apresentar **Relatório Individual de Trabalho para sua chefia imediata nos termos previstos no Regulamento aprovado no conselho superior da instituição.** ~~Relatórios de Atividades Desenvolvidas em cada projeto apresentado, incluindo andamento e resultados.~~  Comentários críticos: muitas informações que compõem essas documentações devem ser automatizadas evitando a sobrecarga do professor com atividades extras.  Sugestão: que esse relatório seja definido por cada instituição, que deve apresentar esse relatório tão detalhado, e não cada o docente [no IFRS, por exemplo, há um sistema (SIGAA) que gerencia o plano individual de trabalho (PIT) e pode consolidar as atividades docentes]  Comentário crítico/argumento/sugestão: Por que o docente precisa sempre provar detalhes do seu trabalho? Pq não se constitui um **sistema responsivo (responde se e quando demandado)**, através do qual uma declaração ou relatório simplificado dá conta, e mais detalhes podem ser explicados/respondidos “se e quando” for pedido pela gestão, com justificativa para o pedido desse detalhamento? Pq sobre o trabalho docente recai tanta desconfiança e necessidade de controle?  Os docentes do MS têm tbm essa prerrogativa de tantos documentos, planos e relatórios? |
| **18.** As instituições deverão disponibilizar procedimentos e ferramentas para gestão, acompanhamento e avaliação das atividades docentes. | **8.2.** A instituição disponibilizará os procedimentos e ferramentas para gestão, acompanhamento e avaliação das atividades docentes. |  |
| **19.** Semestralmente, a instituição deverá tornar público em seu sítio oficial os Planos Individuais de Trabalho, os Relatórios de Atividades Desenvolvidas, a totalização das cargas horárias por grupo de atividades bem como indicadores correlatos, por docente, por campus e por instituição. | **8.3.** A instituição publicará, semestralmente, em seu sítio oficial, os Planos Individuais de Trabalho, os Relatórios Individuais de Atividades Desenvolvidas, a totalização das cargas horárias por grupo de atividades, bem como os indicadores correlatos por docente e por campus.  **8.3.1.** Os Relatórios Individuais de Atividades poderão ser utilizados para fins de distribuição de carga horária e disciplinas, bem como para avaliação docente com vistas à progressão funcional, estágio probatório, participação em editais institucionais de capacitação, pesquisa, extensão, remoção, redistribuição, entre outros.  **8.4.** O acompanhamento das atividades de aulas em disciplinas de cursos dos diversos níveis e modalidades da educação básica e da educação profissional, científica e tecnológica, ofertados pela instituição com efetiva participação de alunos matriculados, indicadas na alínea "a" do item 3, deverá ser obrigatoriamente por meio de registro eletrônico de frequência. | *Item a ser eliminado, O controle do trabalho docente será feito por sua chefia imediata. Informações sobre indicadores educacionais são atividades da gestão e não do professor, logo, não devem figurar nesse documento, que regulamenta o trabalho docente.*  *Obs.: se mantido esse item, é importante manter o termo “grupo” pq permite totalizar as cargas horárias do docente por grandes conjuntos (pesquisa, ensino, extensão, gestão). Não trocar por “tipo” (como está na alínea b do item 20) pq exigiria maior detalhamento.* |
| **20.** O regulamento institucional a ser elaborado deverá prever, minimamente:  **a)** O detalhamento das atividades docentes elegíveis previstas no item 2;  **b)** Os limites de carga horária para cada tipo de atividade;  **c)** A sistemática de atribuição, contabilização, aprovação e avaliação das atividades dos docentes; e  **d)** Os prazos para elaboração e envio dos planos e relatórios individuais bem como os modelos e formulários a serem utilizados. | **10.1.** O regulamento institucional deverá conter, minimamente:  **a)** o detalhamento das atividades docentes elegíveis previstas no item 2;  **b)** os limites de carga horária para cada tipo de atividade;  **c)** a sistemática e as responsabilidades para o planejamento, a gestão e o acompanhamento das atividades docentes; e  **d)** a sistemática, os prazos e as responsabilidades para a elaboração, a aprovação, a contabilização e a avaliação dos planos e relatórios individuais das atividades desenvolvidas. |  |